

GUIA DE BOAS PRÁTICAS PARA A ORGANIZAÇÃO DE EVENTOS CIRCULARES

RELATÓRIO 1

Apresentação da metodologia de trabalho, da cronologia detalhada por atividade e da identificação e análise das tipologias de eventos, com identificação de entidades organizadoras



Agosto de 2022

ECODESAFIOS
AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE



GOVERNO
DOS AÇORES

**VENTO
ENCA
NADO**

GUIA DE BOAS PRÁTICAS PARA A ORGANIZAÇÃO DE EVENTOS CIRCULARES

RELATÓRIO 1

Apresentação da metodologia de trabalho, da cronologia detalhada por atividade e da identificação e análise das tipologias de eventos, com identificação de entidades organizadoras



Consórcio executor: **ECO DESAFIOS, UNIPessoal LDA.**
VENTOENCANADO PRODUÇÕES, UNIPessoal LDA.

Coordenação: **Hernâni Jorge**
Filipe Tavares

Entidade promotora: **DIREÇÃO REGIONAL DO AMBIENTE E ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS (DRAAC)**

Data: **Agosto de 2022**

ÍNDICE GERAL

ÍNDICE DE TABELAS	ii
ÍNDICE DE FIGURAS	iii
LISTA DE SIGLAS E ACRÓNIMOS	iv
1. INTRODUÇÃO	1
2. CONCEITO DE ECONOMIA CIRCULAR	2
2.1. A Economia Circular implementada na organização de eventos	4
3. REFERENCIAL ESTRATÉGICO	7
4. METODOLOGIA GERAL	14
4.1. Apresentação da metodologia de trabalho, da cronologia detalhada por atividade e da identificação e análise das tipologias de eventos, com identificação de entidades organizadoras (Fase 1)	15
4.2. Apresentação e aprovação da proposta de guia, de regulamento, de guião do vídeo promocional e de conteúdos do folheto (Fase 2)	16
4.3. Entrega de todos os produtos finais à entidade adjudicante (Fase 3)	19
4.4. Aprovação de todos os produtos finais pela entidade adjudicante (Fase 4)	20
5. CRONOLOGIA DOS TRABALHOS	22
6. IDENTIFICAÇÃO E ANÁLISE DAS TIPOLOGIAS DE EVENTOS	24
6.1. Caracterização geral dos eventos por tipologia	25
6.2. Identificação de entidades organizadoras	35
7. IDENTIFICAÇÃO DE PARTES INTERESSADAS	37
8. ÁREAS RELEVANTES PARA A INTEGRAÇÃO DE PRÁTICAS DE ECONOMIA CIRCULAR	38
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS E DIGITAIS	39

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 4.1 – Modelo funcional para execução de «Guia de boas práticas»	14
Tabela 4.2 – Descrição das atividades da Fase 1.....	16
Tabela 4.3 – Descrição das atividades da Fase 2.....	17
Tabela 4.4 – Descrição das atividades da Fase 3.....	19
Tabela 4.5 – Descrição das atividades da Fase 4.....	20
Tabela 5.1 – Cronograma de execução dos trabalhos	22
Tabela 6.1 – Entidades organizadoras por tipologia de evento.....	35
Tabela 7.1 – Identificação de partes interessadas.....	37

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 2.1 – Biocapacidade global utilizada da Terra.....	2
Figura 2.2 – Emissões de GEE e aquecimento global	2
Figura 2.3 – Diagrama sistémico do modelo de economia circular	3
Figura 2.4 – Ciclo PDCA aplicado à organização de evento circular	6
Figura 3.1 – Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)	8
Figura 6.1 – Festa do Santo Cristo dos Milagres (Ponta Delgada, São Miguel).....	25
Figura 6.2 – Festival Maré de Agosto (Praia Formosa, Santa Maria)	27
Figura 6.3 – Teatro Micaelense (Ponta Delgada, São Miguel)	27
Figura 6.4 – Marcha nas Sanjoaninhas (Angra do Heroísmo, Terceira)	28
Figura 6.5 – Bailinho de Carnaval (Terceira)	28
Figura 6.6 – Função com serviço de Sopas do Espírito Santo (Candelária, Pico)	29
Figura 6.7 – Bênção das Pensões do Espírito Santo (Rabo de Peixe, São Miguel)	30
Figura 6.8 – Jogo de futebol da Taça da Liga (Ponta Delgada, São Miguel).....	31
Figura 6.9 – Azores Trail Run - Golden Trail Series (Horta, Faial).....	31
Figura 6.10 – Feira Lar, Campo e Mar (Ponta Delgada, São Miguel).....	32
Figura 6.11 – Congresso Nacional da Hotelaria e Turismo (Ponta Delgada, São Miguel)	33
Figura 6.12 – Reunião do Conselho do Governo dos Açores (Ponta Delgada, São Miguel)..	34
Figura 6.13 – Mesa e decoração de festa particular	35

LISTA DE SIGLAS E ACRÓNIMOS

GEE	Gases com efeito de estufa
INE	Instituto Nacional de Estatística
ODS	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
PDF	Portable Document Format
RAA	Região Autónoma dos Açores
REACT_EU	Recovery Assistance for Cohesion and the Territories of Europe
SRAAC	Secretaria Regional do Ambiente e Alterações Climáticas
SREA	Serviço Regional de Estatística dos Açores
UE	União Europeia

1. INTRODUÇÃO

O presente Relatório constitui o primeiro documento entregável executado no âmbito do Contrato n.º 104/SRAAC/2022 de aquisição de serviços para a elaboração do «Guia de Boas Práticas para a Organização de Eventos Circulares – REACT_EU - Projeto Economia Verde», outorgado, em decorrência do procedimento de Concurso Público n.º 6/SRAAC/2022, entre a Direção Regional do Ambiente e Alterações Climáticas, enquanto entidade adjudicante, e o consórcio constituído pelas empresas ECO DESAFIOS, Unipessoal Lda., e Ventoencanado Produções, Unipessoal Lda., na qualidade de adjudicatário.

2. CONCEITO DE ECONOMIA CIRCULAR

A economia à escala global foi sendo construída, desde o início do desenvolvimento industrial, com base num modelo linear de negócios, em que a produção de bens assenta na extração de matérias-primas e no fabrico de produtos que, após a sua utilização, são descartados como resíduos.

A forma e a velocidade com que se usam os recursos naturais são absolutamente insustentáveis, seja pela escassez desses recursos, seja pelos impactes negativos no Ambiente, designadamente a poluição e a degradação de ecossistemas.

Atualmente, a Humanidade consome, por ano, mais do que 1,7 vezes os recursos gerados no planeta. Em 2018, o défice ecológico global era de 74%.



Figura 2.1 – Biocapacidade global utilizada da Terra

Fonte: Global Footprint Network

Para além da depauperação dos recursos e da perda de biodiversidade, o modelo económico tradicional conduziu a Humanidade à problemática do aquecimento global e dos impactes e consequências das alterações climáticas.

Desde 1940, e por via da interferência humana e do incremento das emissões de gases com efeito de estufa (GEE), o planeta aqueceu a uma velocidade assustadora.

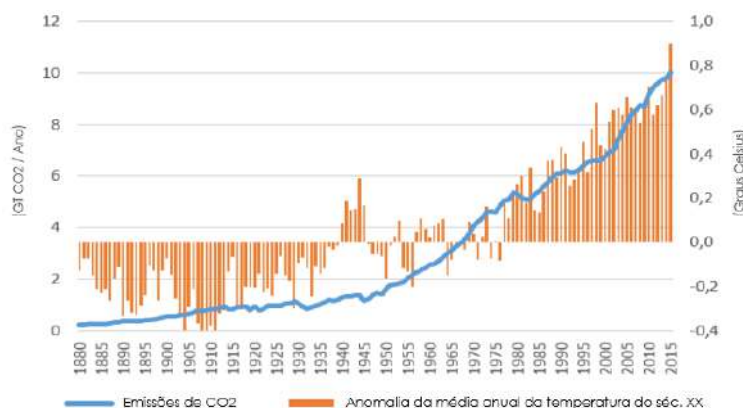


Figura 2.2 – Emissões de GEE e aquecimento global

Fontes: Global Carbon Project e National Oceanic and Atmospheric Administration (NOAA)

Face às consequências do modelo tradicional de produção e consumo, tornou-se essencial uma mudança de paradigma, que passa por numa nova tendência de gestão dos recursos e dos negócios, baseada num modelo de desenvolvimento sustentável.

A consolidação do desenvolvimento sustentável reclama a transição para um modelo circular de produção de bens e serviços, no qual os materiais retornam ao ciclo produtivo, transformando os resíduos em potenciais subprodutos ou em outros materiais, por via da sua reutilização, recuperação e reciclagem. Um modelo económico onde os ciclos de vida dos produtos são otimizados, desde a conceção e desenho, ao processo de produção, aos consumos e à gestão dos resíduos.

A partir do diagrama sistémico desenvolvido pela Fundação Ellen Macarthur (Figura 2.2), identificam-se os seguintes princípios do modelo de economia circular:

- **Produção e utilização inteligentes**, preservando o capital natural, reduzindo o uso de recursos finitos e equilibrando os fluxos de recursos renováveis;
- **Prolongamento do ciclo de vida**, otimizando o rendimento e a utilização de produtos, componentes e materiais, até ao limite da sua capacidade, tanto no ciclo técnico quanto no ciclo biológico;
- **Aproveitamento eficaz dos materiais**, com recurso à valorização, minimizando as perdas sistémicas e as externalidades negativas.

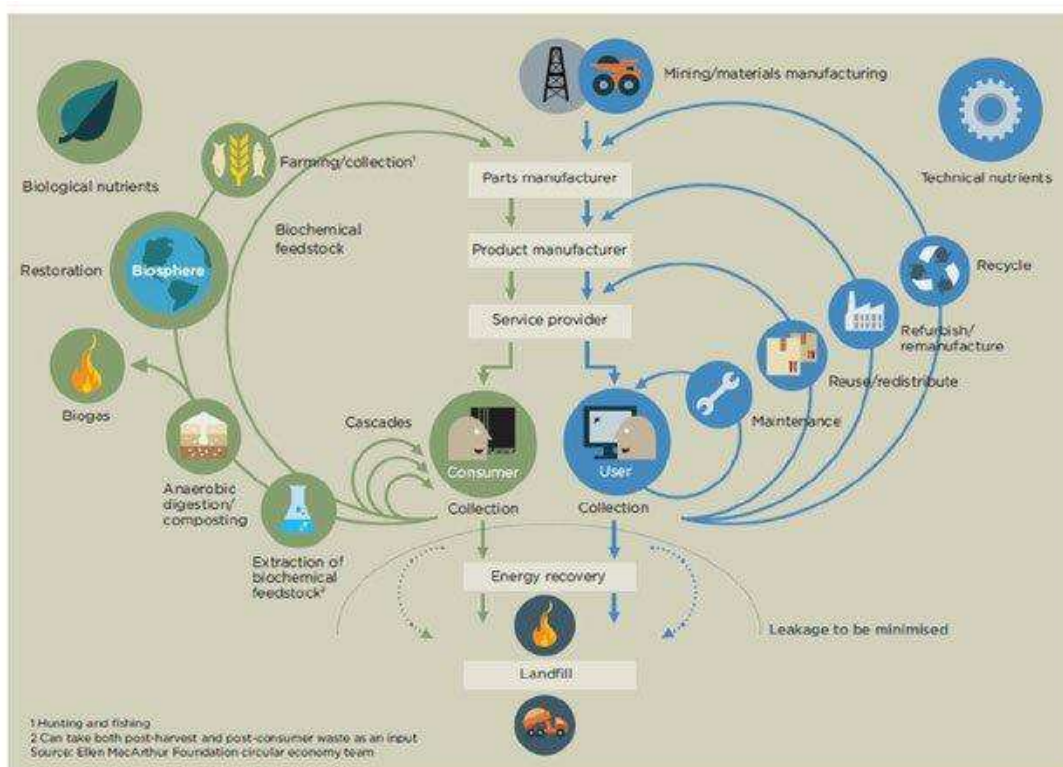


Figura 2.3 – Diagrama sistémico do modelo de economia circular

Fonte: Fundação Ellen MacArthur (EMF)

A gestão e o reaproveitamento sustentável e rentável dos produtos são elementos centrais de uma economia circular, onde os verbos dominantes têm de ser: Refletir, Reduzir, Reutilizar, Reparar e Reciclar.

A economia circular gera, também, novas oportunidades de negócio, fazendo surgir novos modelos empresariais e desenvolvendo novos mercados, constituindo-se como um elemento-chave para promover a dissociação entre o crescimento económico e o consumo de recursos, e assumindo-se como uma efetiva economia de desempenho.

Até hoje, foram elaboradas várias definições para o conceito de «economia circular», sendo que destacamos a seguinte (Kirchherr J., *et al*, 2017):

«A economia circular é um sistema económico, baseado em novos modelos de negócios e consumidores responsáveis, que substitui o conceito de “fim-de-vida” por reduzir e, alternativamente, reutilizar, reciclar e recuperar materiais nos processos de produção/ distribuição e consumo, operando ao nível micro (produtos, empresas, consumidores), meso (parques eco-industriais) e macro (cidade, região, país e supranacional), com o objetivo de alcançar o desenvolvimento sustentável, criando, simultaneamente, qualidade ambiental, prosperidade e equidade social, em benefício das gerações atuais e futuras.»

Nesta linha, o Plano de Ação para a Economia Circular em Portugal, publicado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 190-A/2017, de 11 de dezembro, concetualiza a economia circular como:

«Uma economia que promove ativamente o uso eficiente e a produtividade dos recursos por ela dinamizados, através de produtos, processos e modelos de negócio assentes na desmaterialização, reutilização, reciclagem e recuperação dos materiais, procurando extrair valor económico e utilidade dos materiais, equipamentos e bens pelo maior tempo possível, em ciclos energizados por fontes renováveis.»

2.1. A Economia Circular implementada na organização de eventos

A operacionalização do conceito de economia circular ao nível micro, isto é, ao nível dos produtos, das empresas e dos consumidores, promove o surgimento de novos produtos e oportunidades de negócio, bem como de formas diferentes de gestão empresarial e de encarar o consumo.

A organização de determinados eventos implica consumos elevados de materiais e de energia e, conseqüentemente, devem ser repensados.

Importa, pois, fomentar a organização de eventos (culturais, desportivos, empresariais, institucionais, etc.) alinhados com os princípios da economia circular, promovendo um conceito estratégico de evento circular e práticas, desde a concessão até ao pós-evento, assentes na redução, reutilização, recuperação e reciclagem de materiais e energia.

Os eventos, sobretudo os que implicam maiores consumos de materiais e energia, devem implementar ações destinadas a identificar, reduzir e eliminar os impactos potencialmente negativos (e.g., produção de resíduos, desperdícios, consumos excessivos de recursos, emissões carbónicas, etc.), bem como para maximizar as respetivas vantagens sociais, económicas e ambientais.

Para medir o impacto das medidas e a aferir a circularidade do evento, deve promover-se uma monitorização e avaliação consistentes, com referência a determinados indicadores-chave de desempenho (KPI), que permitam, também, efetuar correções e definir as melhores ações a implementar.

A aplicação de práticas de economia circular em eventos promove o reconhecimento da responsabilidade social e ambiental das entidades organizadoras, sendo também um mecanismo de sensibilização dos participantes e da comunidade.

Neste contexto e porque nem todas as entidades organizadoras de eventos têm dimensão que lhes permita dispor de estrutura e capacitação técnica específica, os guias de boas práticas podem constituir-se como instrumentos relevantes, permitindo orientar, passo a passo e de maneira simples, a organização de eventos circulares, por via da apresentação do respetivo enquadramento e metabolismo, e de modelos e exemplos práticos que podem ser utilizados nas várias fases do processo.

A implementação dos princípios da economia circular na organização de eventos permite, designadamente:

- Estabelecer a circularidade como prioridade e compromisso estruturante do planeamento do evento;
- Identificar previamente os produtos e materiais consumidos, fazendo as escolhas mais sustentáveis e prevenindo desperdícios;
- Efetuar uma previsão e identificação dos resíduos gerados e fazer um planeamento adequado da tipologia e localização dos ecopontos;
- Assegurar a comunicação das medidas implementadas e sensibilizar os participantes no evento para colaborarem na respetiva implementação;
- Implementar medidas de compensação da pegada ecológica;
- Efetuar a monitorização e analisar a eficiência das medidas implementadas;
- Promover o aproveitamento e reparação de materiais e produtos que possam ser reutilizados em eventos futuros;
- Recolher e doar excedentes de produtos perecíveis que possam ser aproveitados;
- Promover o adequado encaminhamento dos resíduos gerados para reciclagem ou outro tipo de valorização.

A organização de eventos circulares deve estar alinhada com o referencial estratégico vigente e incorporar um modelo de melhoria contínua, determinado em função da dinâmica de monitorização e avaliação do sistema de gestão e da integração de práticas de economia circular, com objetivo de identificar e colmatar eventuais desconformidades e assegurar os ajustamentos necessários ao melhor funcionamento possível.

O sucesso de um evento sustentável só é possível se a organização e os seus participantes estiverem efetivamente comprometidos e mobilizados.

Na Figura 2.3 apresenta-se o ciclo PDCA (Plan, Do, Check & Act, também conhecido como ciclo de Shewhart ou ciclo de Deming) aplicado à conceção e gestão de eventos circulares.

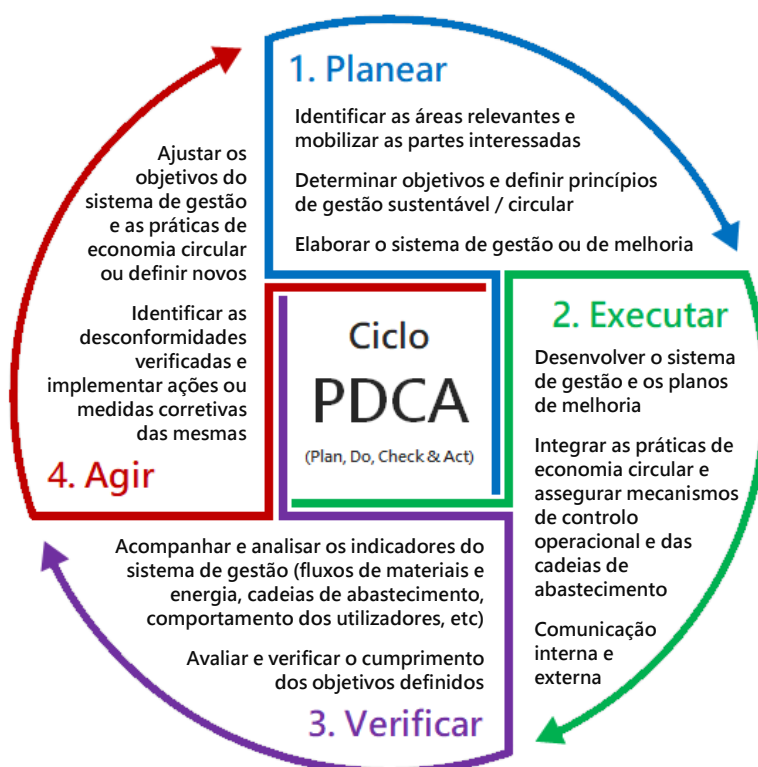


Figura 2.4 – Ciclo PDCA aplicado à organização de evento circular

Fonte: ECO DESAFIOS / VENTOENCANADO

3. REFERENCIAL ESTRATÉGICO

A Comissão Europeia adotou em dezembro de 2015 o primeiro Plano de Ação para a Economia Circular, visando garantir o crescimento sustentável na União Europeia (UE) e estimular a transição da Europa para uma economia mais circular, o qual foi substituído, em março de 2020, pelo novo Plano de Ação para a Economia Circular, que constitui um dos principais alicerces do Pacto Ecológico Europeu, o novo roteiro da Europa para o crescimento sustentável.

O atual enquadramento político nacional para a economia circular consta do Plano de Ação para a Economia Circular em Portugal, aprovado através da Resolução do Conselho de Ministros n.º 190-A/2017, de 23 de novembro, cujo objetivo consiste em definir uma estratégia nacional para a economia circular assente na produção e eliminação de resíduos e nos conceitos de reutilização, reparação e renovação de materiais e energia.

Na Região Autónoma dos Açores, o Programa do XIII Governo Regional estabelece que «o ambiente, a economia verde, azul e circular, são apostas de futuro, para termos não só políticas sustentáveis ambientalmente, mas também porque são clusters fundamentais para o nosso desenvolvimento, associados à produção de energia de fontes renováveis».

Contudo, existem vários documentos estratégicos de âmbito supranacional, nacional e regional que, pela sua relevância, devem ser considerados no âmbito da economia circular e cujos principais se enunciam de seguida:

- **Acordo de Paris**

O Acordo de Paris, adotado em 12 de dezembro de 2015 e a vigorar desde 4 de novembro de 2016, visa uma resposta global e eficaz à necessidade urgente de travar o aumento da temperatura média global e resolver os desafios ligados às alterações climáticas.

Em concreto, o Acordo de Paris aponta para uma descarbonização profunda das economias mundiais e para a limitação do aumento da temperatura média global a níveis abaixo dos 2 °C acima dos níveis pré-industriais, como forma de reduzir os riscos e impactos das alterações climáticas.

- **Agenda 2030 de Desenvolvimento Sustentável**

A Agenda 2030 de Desenvolvimento Sustentável (Transformar o nosso mundo), aprovada na Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU) a 25 de setembro de 2015, é uma agenda universal e ambiciosa que aborda as várias dimensões do desenvolvimento sustentável e que promove a paz, a justiça e as instituições eficazes, assente em 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e 169 metas, que concretizam uma visão comum para a Humanidade e cujo cumprimento pressupõe a integração destes objetivos e metas nas políticas, processos e ações desenvolvidas aos níveis local, nacional, regional e global.



Figura 3.1 – Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)

Fonte: <https://unric.org/pt>

▪ Estratégia da UE para as Regiões Ultraperiféricas

A atual Estratégia da UE para as Regiões Ultraperiféricas – Uma parceria estratégica reforçada e renovada com as regiões ultraperiféricas da UE, constante da Comunicação da Comissão COM(2017) 623, de 24 de outubro de 2017, desenvolve o estatuto especial previsto no artigo 349.º do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia (TFUE), com o objetivo de promover o potencial e atenuar os constrangimentos destas regiões geograficamente muito afastadas do continente europeu, reconhecendo que as regiões ultraperiféricas (RUP) têm ativos únicos que podem ser mais bem explorados através do recurso a tecnologias de ponta no domínio da investigação e inovação, em áreas como a bioeconomia ou as alterações climáticas, incluindo medidas destinadas a reduzir os GEE, através de ensaios de transportes de baixo teor de carbono e de soluções eficientes do ponto de vista energético.

▪ Pacto Ecológico Europeu

O Pacto Ecológico Europeu, constante da Comunicação da Comissão COM(2019) 640, de 11 de dezembro de 2019, é o roteiro para uma nova estratégia de crescimento que transforme a União Europeia (UE) numa economia moderna e sustentável, eficiente no aproveitamento dos recursos e competitiva, com impacto neutro no clima em 2025, que torne os desafios climáticos e ambientais em oportunidades em todos os domínios de intervenção e promova uma transição justa e inclusiva para todos.

O Pacto Ecológico Europeu prevê um plano de ação para impulsionar a utilização eficiente dos recursos, através da transição para uma economia limpa e circular, bem como para restaurar a biodiversidade e reduzir a poluição.

▪ Estratégia de Biodiversidade da UE para 2030

A Estratégia de Biodiversidade da UE para 2030 (Trazer a natureza de volta às nossas vidas), plasmada na Comunicação da Comissão COM(2020) 380, de 20 de maio de 2020, constitui um pilar essencial do Pacto Ecológico Europeu e consubstancia um plano abrangente, sistémico, ambicioso e de longo prazo para proteger a natureza e reverter o processo de

degradação dos ecossistemas, com o objetivo de colocar a biodiversidade europeia no caminho da recuperação até 2030, definindo formas mais eficazes de aplicar a legislação em vigor, bem como novos compromissos, medidas, metas e mecanismos de governação para a proteção da biodiversidade.

▪ **Estratégia da UE para as Florestas 2030**

A Estratégia da UE para as Florestas 2030 consta da Comunicação da Comissão COM(2021) 572, de 16 de julho de 2021, e visa reforçar a proteção e a regeneração das florestas, melhorar a gestão florestal sustentável e aumentar a monitorização e o planeamento descentralizado e efetivo das florestas na UE, tendo em vista assegurar ecossistemas florestais resilientes e permitir que as florestas desempenhem o seu papel multifuncional, enquanto aliado essencial na luta contra as alterações climáticas e a perda de biodiversidade, bem como promover uma bioeconomia florestal sustentável com impacto neutro no clima.

▪ **Estratégia da UE para a Adaptação às Alterações Climáticas**

A Estratégia da UE para a Adaptação às Alterações Climáticas, constante da Comunicação da Comissão COM(2021) 82, de 24 de fevereiro de 2021, define um caminho de preparação para as consequências inevitáveis das alterações climáticas e de construção de uma sociedade resiliente às alterações climáticas até 2050, propondo uma série de medidas para atingir os seguintes objetivos: i) Tornar a adaptação mais inteligente; ii) Tornar a adaptação mais sistémica; e iii) Acelerar a adaptação a todos os níveis.

▪ **Estratégia Europeia para os Plásticos na Economia Circular**

A Estratégia Europeia para os Plásticos na Economia Circular, enunciada na Comunicação da Comissão COM(2018) 28, de 16 de janeiro de 2018, aponta para a liderança da UE na transição para os plásticos do futuro e estabelece as bases para uma nova economia do plástico, no âmbito da economia circular, em que a conceção e produção de plásticos e de produtos de plástico devem respeitar plenamente as necessidades de reutilização, reparação e reciclagem, bem como estimular a inovação, desenvolvendo e promovendo materiais mais sustentáveis, e contribuir para a redução da poluição pelo plástico e do seus impactes negativos na vida quotidiana e no ambiente.

▪ **Estratégia do Prado ao Prato**

A Estratégia do Prado ao Prato (para um sistema alimentar justo, saudável e respeitador do ambiente), consta da Comunicação da Comissão COM(2018) 28, de 16 de janeiro de 2018, e visa construir uma cadeia alimentar que beneficia os consumidores, os produtores, o clima e o ambiente, garantindo práticas sustentáveis e uma economia circular de base biológica, designadamente por via de um impacto ambiental neutro ou positivo, do contributo para a atenuação das alterações climáticas e para a adaptação aos seus impactos, e da inversão da perda de biodiversidade.

▪ **Estratégia para a Bioeconomia**

A Estratégia para a Bioeconomia (Inovação para um crescimento sustentável: Bioeconomia para a Europa), constante da Comunicação da Comissão COM(2018) 673, de 11 de outubro de 2018, visa consolidar a liderança da UE a nível mundial na utilização sustentável dos recursos naturais no âmbito de uma bioeconomia eficaz e responder aos desafios mundiais, como as alterações climáticas e a degradação dos solos e dos ecossistemas, promovendo novas formas de produzir e consumir que respeitem os limites ecológicos do planeta, bem como a inovação, renovação e modernização da indústria e dos sistemas de produção primária, fomentando uma bioeconomia europeia sustentável e circular.

▪ **Estratégia de Proteção do Solo da UE para 2030**

A Estratégia de Proteção do Solo da UE para 2030, aprovada pela Comunicação da Comissão COM(2021) 699, de 17 de novembro de 2021, propõe uma nova visão para os solos, com o objetivo de alcançar a neutralidade da degradação da terra até 2030, explorando formas de proteger a fertilidade do solo, reduzir a erosão e aumentar a matéria orgânica do solo, porquanto os solos saudáveis são essenciais para fazer face aos desafios da neutralidade climática, da resiliência face às alterações climáticas, do desenvolvimento de uma economia limpa e circular, da inversão da perda de biodiversidade, da salvaguarda da saúde humana, do fim da desertificação e da inversão da degradação das terras.

▪ **Plano de Ação para a Economia Circular**

O novo Plano de Ação para a Economia Circular, que consta da Comunicação da Comissão COM(2020) 98, de 11 de março de 2020, estabelece uma estratégia para adequar a economia a um futuro ecológico, reforçando a competitividade, mas simultaneamente protegendo o ambiente e conferindo novos direitos aos consumidores, através da aplicação de medidas ao longo de todo o ciclo de vida dos produtos. Esta é uma Estratégia orientada para o futuro e para uma Europa mais limpa e mais competitiva, em associação com os agentes económicos, os consumidores, os cidadãos e as organizações da sociedade civil.

O Plano de Ação visa acelerar a mudança transformadora requerida pelo Pacto Ecológico Europeu e estabelecer um quadro estratégico sólido e coerente, em que os produtos, serviços e modelos de negócio sustentáveis sejam a norma e haja uma transformação dos padrões de consumo no sentido da prevenção da produção de resíduos.

▪ **Plano de Ação da UE Rumo à Poluição Zero**

O Plano de Ação da UE Rumo à Poluição Zero (no ar, na água e no solo), constante da Comunicação da Comissão COM(2021) 400, de 12 de maio de 2021, visa orientar a UE para o objetivo de um planeta saudável, para gente saudável, no horizonte de 2050, estabelecendo metas fundamentais para 2030 no que respeita à redução da poluição na fonte, nomeadamente melhorar a qualidade do ar, melhorar a qualidade da água reduzindo a

produção de lixo e os resíduos de plástico libertados no ambiente, melhorar a qualidade dos solos, reduzindo as perdas de nutrientes e a utilização de pesticidas químicos, reduzir os ecossistemas da UE onde a poluição atmosférica ameaça a biodiversidade, reduzir o número de pessoas com perturbações crónicas causadas pelo ruído dos transportes, bem como reduzir significativamente a produção de resíduos e diminuir para metade a produção de resíduos urbanos finais.

▪ **Plano de Ação para a Economia Circular em Portugal**

O Plano de Ação para a Economia Circular em Portugal, publicado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 190-A/2017, de 11 de dezembro, desenvolve uma estratégia que visa liderar a transição para a economia circular, assente na prevenção, redução, reutilização e reciclagem de materiais, e na recuperação de energia, procurando o desenvolvimento de novos produtos e serviços economicamente viáveis e ecologicamente eficientes, radicados em ciclos idealmente perpétuos de reconversão, com o objetivo de minimizar a extração de recursos, maximizar a reutilização, aumentar a eficiência e desenvolver novos modelos de negócios.

O Plano de Ação para a Economia Circular em Portugal promove uma abordagem a três níveis, nomeadamente: i) Ações de cariz transversal e de âmbito nacional (ações macro); ii) Agendas setoriais, sobretudo para setores mais intensivos no uso de recursos e de cariz exportador (ações meso); e iii) Agendas regionais, a serem adaptadas às especificidades socioeconómicas de cada região (ações micro).

▪ **Estratégia Nacional de Combate ao Desperdício Alimentar**

A Estratégia Nacional de Combate ao Desperdício Alimentar (ENCDA), aprovada pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 46/2018, de 27 de abril, visa combater o desperdício alimentar, através de uma abordagem integrada e multidisciplinar, fomentando uma responsabilidade partilhada do produtor ao consumidor, que contribua para a mitigação do problema, ou seja, para um menor desperdício alimentar e para a redução da quantidade de alimentos que atingem o estágio de resíduo.

A ENCDA integra, ainda, o Plano de Ação de Combate ao Desperdício Alimentar (PACDA).

▪ **Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e Biodiversidade 2030**

A Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e Biodiversidade 2030, publicada através da Resolução do Conselho de Ministros n.º 55/2018, de 7 de maio, concretiza uma visão assente na importância do património natural e no seu contributo para a concretização de um modelo de desenvolvimento sustentável, através do desenvolvimento de três pilares estratégicos: melhorar o estado de conservação do património natural; promover o reconhecimento do valor do património natural; fomentar a apropriação dos valores naturais e da biodiversidade pela sociedade.

▪ Roteiro para a Neutralidade Carbónica 2050

O Roteiro para a Neutralidade Carbónica 2050, aprovado e publicado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 107/2019, de 1 de julho, estabelece objetivos de redução de emissões de GEE, bem como os principais vetores de descarbonização e linhas de atuação para alcançar a neutralidade carbónica em Portugal até 2050, o que se traduz na obtenção de um balanço neutro entre as emissões de GEE e o sequestro de carbono pelo uso do solo e florestas.

▪ Plano Nacional Energia e Clima 2030

O Plano Nacional Energia e Clima 2030, aprovado e publicado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 53/2020, de 10 de julho concretiza a visão estratégica de Portugal em matéria de política energética e climática para a década 2021-2030, a qual assenta nos seguintes objetivos: a economia nacional; dar prioridade à eficiência energética; reforçar a aposta nas energias renováveis e reduzir a dependência energética do País; garantir a segurança de abastecimento; promover a mobilidade sustentável; promover uma agricultura e floresta sustentáveis e potenciar o sequestro de carbono; desenvolver uma indústria inovadora e competitiva; garantir uma transição justa, democrática e coesa.

▪ Plano Estratégico de Prevenção e Gestão de Resíduos dos Açores (PEPGRA)

O Plano Estratégico de Prevenção e Gestão de Resíduos dos Açores (PEPGRA), aprovado e publicado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 6/2016/A, de 29 de março, define as estratégias, objetivos e metas a implementar no quadro da prevenção e gestão de resíduos na RAA, constituindo um instrumento essencial para a valorização dos recursos naturais, a proteção da qualidade do ambiente e dos ecossistemas, a afirmação de um modelo de crescimento verde e promoção da economia circular, bem como para a salvaguarda da saúde pública.

O âmbito temporal do PEPGRA terminou em 2021, estando em curso o respetivo processo de revisão, com vista a promover a adequação às atuais condições económicas, sociais e ambientais, bem como a conformação com o quadro normativo da UE no domínio da prevenção e gestão dos resíduos, para vigorar até 2030.

▪ Programa Regional para as Alterações Climáticas (PRAC)

O Programa Regional para as Alterações Climáticas (PRAC), aprovado e publicado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 30/2019/A, de 28 de novembro, estabelece as orientações estratégicas e uma abordagem integrada no contexto das alterações climáticas para a RAA, definindo cenários e projeções climáticas nos horizontes de curto (2010-2039), médio (2040-2069) e longo prazo (2070-2099), bem como medidas e ações de mitigação para a redução das emissões de gases com efeito de estufa e de adaptação às alterações climáticas para os diversos setores estratégicos.

▪ **Plano para a Mobilidade Elétrica nos Açores (PMEA)**

O Plano para a Mobilidade Elétrica nos Açores (PMEA), aprovado e publicado pela Resolução do Conselho do Governo n.º 106/2019, de 4 de outubro, concretiza uma aposta estratégica da RAA na eletrificação do parque automóvel, tendo em consideração o seu importante papel na conquista dos ODS, bem como para a descarbonização da economia, a mitigação dos efeitos das alterações climáticas, a melhoria da eficiência energética e a redução da poluição atmosférica e do ruído.

▪ **Plano de Ação 2019-2027 – Sustentabilidade do Destino Turístico Açores**

O Plano de Ação 2019-2027 – Sustentabilidade do Destino Turístico Açores constitui um documento estratégico no âmbito do processo de certificação da RAA como destino turístico sustentável, representando um compromisso de ação e preservação para com o território e traçando o caminho do turismo da RAA rumo à sustentabilidade.

O Plano de Ação define as medidas e ações a implementar em nove áreas de atuação chave: Eficiência energética; Gases com efeito de estufa / descarbonização; Recursos de água potável; Águas residuais e esgotos; Ecossistemas e biodiversidade; Transportes; Resíduos sólidos; Sociedade e Cultura; e Economia.

▪ **Proposta de Estratégia Açoriana para a Energia 2030 (EAE 2030)**

A proposta relativa à Estratégia Açoriana para a Energia 2030 (EAE 2030), elaborada no âmbito da Resolução do Conselho do Governo n.º 92/2018, de 7 de agosto, foi concebida enquanto documento catalisador duma mudança de paradigma e da concretização da transição energética na RAA, por via da definição de uma política energética assente nos objetivos de garantia de segurança de abastecimento, de redução de custo com energia e de redução das emissões de GEE, e baseada na aplicação dos princípios orientadores de suficiência energética, eficiência energética, eletrificação e descarbonização.

▪ **Anteproposta de Programa Operacional Açores 2030 (PO Açores 2030)**

A anteproposta de Programa Operacional Açores 2030 (PO Açores 2030), submetida a consulta pública entre 4 e 25 de fevereiro de 2022, enuncia a economia circular como motor de desenvolvimento, propondo-se fomentar e educar a sociedade açoriana para a economia circular e sensibilizá-la quanto às suas vantagens, bem como promover, junto do ecossistema empreendedor, a integração da economia circular nas suas cadeias de valor e nos processos empresariais.

A estratégia de apoio à economia circular do PO Açores 2030 está alinhada com o Pacto Ecológico Europeu e com os planos estratégicos de combate às alterações climáticas definidos pela RAA, assumindo um objetivo estratégico (OE 2.6) de promoção da transição para uma economia circular e para uma eficiente utilização dos recursos.

4. METODOLOGIA GERAL

A abordagem metodológica geral para a elaboração de «Guia de boas práticas para a organização de eventos circulares» é orientada para uma resposta efetiva e eficaz às necessidades da entidade adjudicante, seguindo a estrutura / faseamento determinada no n.º 5 do artigo 3.º do Caderno de Encargos.

A concretização de cada uma das fases da prestação de serviços corresponde à execução de um conjunto de atividades associadas, que garantem a coerência e a integridade do modelo funcional proposto.

Tabela 4.1 – Modelo funcional para execução de «Guia de boas práticas»

Fases	Atividades
1. Apresentação da metodologia de trabalho, da cronologia detalhada por atividade e da identificação e análise das tipologias de eventos, com identificação de entidades organizadoras	1.1. Preparação dos trabalhos e identificação de tipologias de eventos 1.2. Definição metodológica e programação dos trabalhos 1.3. Análise das tipologias de eventos, com identificação de entidades organizadoras 1.4. Elaboração de Relatório 1 (Apresentação da metodologia de trabalho, da cronologia detalhada por atividade e da identificação e análise das tipologias de eventos, com identificação de entidades organizadoras)
2. Apresentação e aprovação da proposta de Guia, de Regulamento, de guião do Vídeo Promocional e de conteúdos do Folheto	2.1. Identificação de áreas relevantes para a integração de práticas de economia circular na organização de eventos 2.2. Elaboração da proposta de «Guia de boas práticas» 2.3. Elaboração da proposta de Regulamento do Selo «Evento Circular» 2.4. Elaboração da proposta de guião de Vídeo promocional do Selo «Evento Circular» 2.5. Elaboração da proposta de conteúdos de Folheto «Festas particulares circulares» 2.6. Elaboração de Relatório 2 (propostas de «Guia de boas práticas», de Regulamento do Selo «Evento Circular», de guião de Vídeo promocional do Selo «Evento Circular» e de conteúdos do Folheto «Festas particulares circulares») 2.7. Acompanhamento do processo de aprovação das propostas de «Guia de boas práticas», de Regulamento do Selo «Evento Circular», de guião de Vídeo promocional do Selo «Evento Circular» e de conteúdos do Folheto «Festas particulares circulares» (Relatório 2)

Fases	Atividades
3. Entrega de todos os produtos finais à entidade adjudicante	3.1. Conceção e composição gráfica de «Guia de boas práticas» 3.2. Criação de imagem gráfica do Selo «Evento Circular» 3.3. Produção e realização de Vídeo promocional do Selo «Evento Circular» 3.4. Elaboração de proposta de Formulário de candidatura ao Selo «Evento Circular» 3.5. Conceção e composição gráfica de Folheto «Festas particulares circulares» 3.6. Elaboração de Relatório 3 (propostas finais de «Guia de boas práticas», de Imagem gráfica, Regulamento, Formulário de candidatura e Vídeo promocional do Selo «Evento Circular», e de Folheto «Festas particulares circulares»)
4. Aprovação de todos os produtos finais pela entidade adjudicante	4.1. Acompanhamento do processo de aprovação de todos os produtos finais (Relatório 3) 4.2. Elaboração de versões finais de todos os produtos

4.1. Apresentação da metodologia de trabalho, da cronologia detalhada por atividade e da identificação e análise das tipologias de eventos, com identificação de entidades organizadoras (Fase 1)

A etapa inicial da prestação de serviços consiste na preparação dos trabalhos, incluindo a realização de reuniões de lançamento e planeamento com os órgãos e serviços da entidade adjudicante, e na elaboração e apresentação da metodologia de trabalho devidamente consolidada, da respetiva cronologia detalhada por atividade e da identificação e análise das tipologias de eventos que ocorrem habitualmente na RAA, com identificação das principais entidades organizadoras.

As reuniões com a entidade adjudicante visam, designadamente, estabelecer canais de comunicação, definir procedimentos e fluxos de informação, identificar fontes de informação, tipologias de eventos e partes interessadas, bem como estabilizar a metodologia e programação dos trabalhos.

O Relatório 1 destina-se a aprofundar a informação constante da proposta adjudicada, concretizando e estabilizando a metodologia a prosseguir, detalhando a cronologia do plano de trabalhos por atividade, identificando e analisando as tipologias de eventos, com identificação de entidades organizadoras, bem como identificando as partes interessadas, de forma a assegurar o eficaz e eficiente desenvolvimento da prestação de serviços e a obtenção, em tempo útil, da informação de base necessária.

Tabela 4.2 – Descrição das atividades da Fase 1

Atividades	Descrição
1.1 Preparação dos trabalhos e identificação de tipologias de eventos	<p>A prestação de serviços inicia-se com uma reunião com os órgãos e serviços da entidade adjudicante, destinada ao lançamento e preparação dos trabalhos, bem como ao estabelecimento de canais de comunicação e à definição de procedimentos e fluxos de informação.</p> <p>A preparação dos trabalhos compreende, também, a mobilização e integração da equipa técnica, bem como a identificação das tipologias de eventos e partes interessadas.</p>
1.2 Definição metodológica e programação dos trabalhos	<p>Em função das tipologias de eventos identificadas, proceder-se-á ao desenvolvimento e consolidação da metodologia de trabalho.</p> <p>Em simultâneo será executada a programação dos trabalhos, incluindo o desenvolvimento da respetiva cronologia detalhada por atividade.</p>
1.3 Análise das tipologias de eventos, com identificação de entidades organizadoras	<p>Nesta atividade será feita uma caracterização genérica e análise das tipologias de eventos, bem como identificação de entidades organizadoras por tipologia.</p> <p>As principais fontes de informação constam de bibliografia técnicas e estudos regionais, de informação estatística disponibilizada pelo INE e pelo SREA, bem como de informação obtida em consultas a diversas entidades relevantes.</p>
1.4 Elaboração de Relatório 1 (Apresentação da metodologia de trabalho, da cronologia detalhada por atividade e da identificação e análise das tipologias de eventos, com identificação de entidades organizadoras)	<p>A elaboração do Relatório 1 será precedida de uma reunião com a entidade adjudicante para ponderação e validação dos resultados dos trabalhos desenvolvidos na presente fase, designadamente a consolidação da metodologia e cronologia de trabalhos, bem como das tipologias de eventos a considerar na elaboração do «Guia de boas práticas».</p> <p>Da consolidação e integração dos referidos conteúdos resultará a elaboração do Relatório 2, que integra a apresentação da metodologia de trabalho, da cronologia detalhada por atividade e da identificação e análise das tipologias de eventos, com identificação de entidades organizadoras.</p>

4.2. Apresentação e aprovação da proposta de guia, de regulamento, de guião do vídeo promocional e de conteúdos do folheto (Fase 2)

Na fase 2 será efetuado o processo de recolha e tratamento da informação relevante para o desenvolvimento do trabalho, abrangendo dados qualitativos e quantitativos, e informação interna e externa, de base documental e não documental, incluindo a análise de benchmark nacional e internacional de guias e de projetos e iniciativas que incorporem as melhores práticas na organização de eventos circulares.

Nos processos de recolha e tratamento de informação serão utilizadas, designadamente, as seguinte metodologias:

- Recolha e análise bibliográfica;
- Recolha e análise documental;
- Recolha e análise estatística;
- Consulta a entidades (entrevistas ou inquéritos).

Nesta fase serão compilados, organizados e estruturados todos os elementos e dados necessários para a elaboração de todos os produtos que integram a prestação de serviços, cuja informação de base assentará, designadamente, em:

- Trabalhos científicos e relatórios técnicos;
- Informação e dados estatísticos, designadamente do Instituto Nacional de Estatística (INE) e do Serviço Regional de Estatística dos Açores (SREA);
- Informação e dados fornecidos por diversas entidades, a determinar em função das fontes que vierem a ser identificadas e das entidades a envolver.

As reuniões com a entidade adjudicante visam, sobretudo, a partilha de informação e a obtenção de contributos para ponderação e validação de resultados do desenvolvimento dos trabalhos.

O produto do trabalho desenvolvido nesta fase corresponde à elaboração das propostas de «Guia de boas práticas», de Regulamento do Selo «Evento Circular», de guião de Vídeo promocional do Selo «Evento Circular» e de conteúdos do Folheto «Festas particulares circulares», que serão compiladas no Relatório 2, bem como ao acompanhamento e apoio no processo de análise destes conteúdos pela entidade adjudicante e consequente consolidação das respetivas versões finais.

Tabela 4.3 – Descrição das atividades da Fase 2

Atividades	Descrição
2.1 Identificação de áreas relevantes para a integração de práticas de economia circular na organização de eventos	<p>Nesta atividade será feita uma análise das atividades levadas a cabo e dos fluxos de materiais e energia associados a cada tipologia de evento, em termos que permitam identificar as áreas relevantes para a integração de práticas de economia circular na sua organização.</p> <p>As principais fontes de informação constam de bibliografia técnicas e estudos regionais, de informação estatística disponibilizada pelo INE e pelo SREA, bem como de informação obtida em consultas a diversas entidades relevantes.</p>
2.2 Elaboração da proposta de «Guia de boas práticas»	As principais fontes que servirão de bases à elaboração da proposta de «Guia de boas práticas» serão bibliografia e

Atividades	Descrição
	<p>estudos técnicos, bem como instrumentos estratégicos de âmbito regional, nacional e supranacional.</p> <p>Nesta atividade será efetuada um análise de benchmark nacional e internacional de guias e de projetos e iniciativas que incorporem as melhores práticas na organização de eventos circulares.</p>
<p>2.3 Elaboração da proposta de Regulamento do Selo «Evento Circular»</p>	<p>As principais fontes que servirão de bases à elaboração da proposta de Regulamento do Selo «Evento Circular» serão bibliografia e estudos técnicos.</p> <p>Proceder-se-á, ainda, à elaboração da proposta do referido Regulamento, em formato de portaria.</p>
<p>2.4 Elaboração da proposta de guião do Vídeo promocional do Selo «Evento Circular»</p>	<p>As principais fontes que servirão de base à elaboração da proposta de guião do Vídeo promocional do Selo «Evento Circular» serão bibliografia, estudos técnicos e a contextualização feita no presente trabalho.</p> <p>O processo criativo que dará origem ao guião de produção do vídeo promocional será em linha com os objectivos que se pretende alcançar, havendo espaço para a troca de impressões e respectiva aprovação, com vista a alcançar com eficácia os objetivos do presente projecto.</p>
<p>2.5 Elaboração da proposta de conteúdos do Folheto «Festas particulares circulares»</p>	<p>As principais fontes que servirão de bases à definição da estrutura do Folheto «Festas particulares circulares» serão bibliografia e estudos técnicos.</p> <p>Nesta atividade serão elaborados os conteúdos do Folheto «Festas particulares circulares».</p>
<p>2.6 Elaboração de Relatório 2 (compilação das propostas a que se referem as atividades 2.2, 2.3, 2.4 e 2.5)</p>	<p>A elaboração do Relatório 2 (compilação das propostas a que se referem as atividades 2.2, 2.3, 2.4 e 2.5) será precedida de uma reunião com a entidade adjudicante para ponderação e validação dos resultados dos trabalhos desenvolvidos na presente fase.</p> <p>Da consolidação e integração dos referidos conteúdos resultará a elaboração do Relatório 2, que integra as propostas de «Guia de boas práticas», de Regulamento do Selo «Evento Circular», de guião de Vídeo promocional do Selo «Evento Circular» e de conteúdos do Folheto «Festas particulares circulares».</p>
<p>2.7 Acompanhamento do processo de aprovação das propostas de «Guia de boas práticas», de Regulamento do Selo «Evento Circular», de guião de Vídeo promocional do Selo «Evento Circular» e de conteúdos do Folheto «Festas particulares circulares» (Relatório 2)</p>	<p>A equipa técnica prestará todo o apoio e esclarecimentos à entidade adjudicante no decurso do período de análise das propostas de «Guia de boas práticas», de Regulamento do Selo «Evento Circular», de guião de Vídeo promocional do Selo «Evento Circular» e de conteúdos do Folheto «Festas particulares circulares» (Relatório 2).</p> <p>A equipa técnica efetuará a ponderação de eventuais contributos relativamente às referidas propostas, com vista à sua integração e consolidação nas versões finais.</p>

4.3. Entrega de todos os produtos finais à entidade adjudicante (Fase 3)

A terceira fase dos trabalhos corresponde, sobretudo, ao desenvolvimento das componentes gráficas e audiovisual, compreendendo a conceção e composição gráfica do «Guia de boas práticas» e do folheto de divulgação de boas práticas para a realização de festas particulares circulares, a criação de imagem gráfica do Selo «Evento Circular» e a produção e realização do respetivo vídeo promocional. Nesta fase será, também, elaborada a proposta de formulário de candidatura ao Selo «Evento Circular».

As reuniões com a entidade adjudicante visam, sobretudo, a partilha de informação e a obtenção de contributos para ponderação e validação de resultados do desenvolvimento dos trabalhos.

O produto do trabalho realizado na Fase 3 as propostas finais de «Guia de boas práticas», de Imagem gráfica, Regulamento, Formulário de candidatura e Vídeo promocional do Selo «Evento Circular», e de Folheto «Festas particulares circulares» (Relatório 3), consolidando e integrando os conteúdos produzidos nas fases anteriores.

Tabela 4.4 – Descrição das atividades da Fase 3

Atividades	Descrição
3.1. Conceção e composição gráfica de «Guia de boas práticas»	<p>Estudo e identificação da identidade visual / conceito gráfico, organização de conteúdos e composição gráfica / paginação de «Guia de boas práticas».</p> <p>Edição de «Guia de boas práticas» no formato determinado, designadamente PDF.</p>
3.2. Criação de Imagem gráfica do Selo «Evento Circular»	<p>Conceção e desenvolvimento da imagem gráfica do Selo «Evento Circular», concretamente um logótipo, em função da identidade visual definida, prevendo diferentes fases: pesquisa, elaboração de quadro de referências visuais (moodboard), definição do conceito gráfico, rascunhos, criação de logótipo e do correspondente manual de normas gráficas.</p> <p>Esta atividade será desenvolvida com acompanhamento estreito da entidade adjudicante e os produtos serão disponibilizados em diferentes formatos.</p>
3.3. Produção e realização de Vídeo promocional do Selo «Evento Circular»	<p>Produção e realização de Vídeo promocional do Selo «Evento Circular», em função do guião aprovado e nos formatos determinados para o efeito.</p> <p>O filme promocional poderá conjugar a captação de imagens reais com grafismo ou animação, em função do guião aprovado, sendo que a respetiva produção compreende as seguintes fases: interpretação do guião, pré-produção, rodagem, pós-produção/ edição, finalização/ masters.</p> <p>A duração do filme será adequada aos fins a que se destina, prevendo-se a produção de um spot com 20", 30" ou 60", destinado a televisão e a plataformas digitais.</p>

Atividades	Descrição
3.4. Elaboração de proposta de Formulário de candidatura ao Selo «Evento Circular»	Nesta atividade será definida a estrutura do formulário de candidatura ao Selo «Evento Circular» e desenvolvidos os respetivos conteúdos. Proceder-se-á, ainda, à elaboração de formulário, em formato PDF editável.
3.5. Conceção e composição gráfica de Folheto «Festas particulares circulares»	Conceção e desenvolvimento de folheto em função da identidade visual definida, organização de conteúdos e composição gráfica / paginação. Elaboração do folheto no formato determinado, designadamente PDF.
3.6. Elaboração de Relatório 3 (compilação das propostas de todos os produtos finais)	A elaboração das propostas de todos os produtos finais será precedida de uma reunião com a entidade adjudicante para ponderação e validação dos resultados dos trabalhos desenvolvidos na presente fase. Da consolidação e integração dos conteúdos do Relatório de Caracterização e Diagnóstico, bem como dos conteúdos desenvolvidos nas atividades precedentes, resultará a elaboração do Relatório 3, que integra as propostas de de «Guia de boas práticas», de Imagem gráfica, Regulamento, Formulário de candidatura e Vídeo promocional do Selo «Evento Circular», e de Folheto «Festas particulares circulares».

4.4. Aprovação de todos os produtos finais pela entidade adjudicante (Fase 4)

A última fase da prestação de serviços corresponde à análise e aprovação pela entidade adjudicante de todos os produtos finais, concretamente «Guia de boas práticas para a organização de eventos circulares», imagem gráfica, regulamento, formulário de candidatura e vídeo promocional do Selo «Evento Circular», e folheto de divulgação de boas práticas para a realização de festas particulares circulares.

Nesta fase a equipa técnica prestará à entidade adjudicante todos os esclarecimentos e apoio que se mostrem necessários para a análise e validação da proposta.

Tabela 4.5 – Descrição das atividades da Fase 4

Atividades	Descrição
4.1 Acompanhamento do processo de aprovação de todos os produtos finais (Relatório 3)	A equipa técnica prestará todo o apoio e esclarecimentos à entidade adjudicante no decurso do período de análise das propostas finais de «Guia de boas práticas», de Imagem gráfica, Regulamento, Formulário de candidatura e Vídeo promocional do Selo «Evento Circular», e de Folheto «Festas particulares circulares» (Relatório 3).

Atividades	Descrição
<p>4.2 Elaboração das versões finais de «Guia de boas práticas», de Imagem gráfica, Regulamento, Formulário de candidatura e Vídeo promocional do Selo «Evento Circular», e de Folheto «Festas particulares circulares»</p>	<p>A equipa técnica efetuará a ponderação de eventuais contributos relativamente às propostas de todos os produtos, com vista à sua integração nas versões finais.</p> <p>O produto desta fase e da prestação de serviços em geral corresponde à elaboração das versões finais de «Guia de boas práticas», de Imagem gráfica, Regulamento, Formulário de candidatura e Vídeo promocional do Selo «Evento Circular», e de Folheto «Festas particulares circulares».</p>

Após a conclusão da prestação de serviços, que coincide com a entrega e aprovação das versões finais de todos os produtos, a equipa técnica disponibiliza-se para, a solicitação da entidade adjudicante, participar em reuniões ou em sessões públicas, destinadas à sua apreciação ou apresentação.

5. CRONOLOGIA DOS TRABALHOS

O prazo de execução dos trabalhos objeto da prestação de serviços teve início no dia 15 de julho de 2022, terminado no dia 30 de janeiro de 2023, de acordo com o disposto na cláusula 10.^a do Caderno de Encargos.

Conseqüentemente, os trabalhos serão desenvolvidos com base no cronograma constante da Tabela 5.1, que se apresenta detalhado por atividade.

Tabela 5.1 – Cronograma de execução dos trabalhos

Fases / Atividades	Mês / Ano													
	Jul 22		Ago 22		Set 22		Out 22		Nov 22		Dez 22		Jan 23	
	Q1	Q2	Q1	Q2	Q1	Q2	Q1	Q2	Q1	Q2	Q1	Q2	Q1	Q2
1. Apresentação da metodologia de trabalho, da cronologia detalhada por atividade e da identificação e análise das tipologias de eventos, com identificação de entidades organizadoras														
1.1. Preparação dos trabalhos e identificação de tipologias de eventos														
1.2. Definição metodológica e programação dos trabalhos														
1.3. Análise das tipologias de eventos, com identificação de entidades organizadoras														
1.4. Elaboração de Relatório 1 (Apresentação da metodologia de trabalho, da cronologia detalhada por atividade e da identificação e análise das tipologias de eventos, com identificação de entidades organizadoras)														
2. Apresentação e aprovação da proposta de Guia, de Regulamento, de guião do Vídeo Promocional e de conteúdos do Folheto														
2.1. Identificação de áreas relevantes para a integração de práticas de economia circular na organização de eventos														
2.2. Elaboração da proposta de «Guia de boas práticas»														
2.3. Elaboração da proposta de Regulamento do Selo «Evento Circular»														
2.4. Elaboração da proposta de guião de Vídeo promocional do Selo «Evento Circular»														
2.5. Elaboração da proposta de conteúdos de Folheto «Festas particulares circulares»														
2.6. Elaboração de Relatório 2 (compilação das propostas a que se referem as atividades 2.2, 2.3, 2.4 e 2.5)														
2.7. Acompanhamento do processo de aprovação das propostas se referem as atividades 2.2, 2.3, 2.4 e 2.5 (Relatório 2)														

Fases / Atividades	Mês / Ano													
	Jul 22		Ago 22		Set 22		Out 22		Nov 22		Dez 22		Jan 23	
	Q1	Q2	Q1	Q2	Q1	Q2	Q1	Q2	Q1	Q2	Q1	Q2	Q1	Q2
3 Entrega de todos os produtos finais à entidade adjudicante														
3.3 Conceção e composição gráfica de «Guia de boas práticas»														
3.4 Criação de imagem gráfica do Selo «Evento Circular»														
3.5 Produção e realização de Vídeo promocional do Selo «Evento Circular»														
3.6 Elaboração de proposta de Formulário de candidatura ao Selo «Evento Circular»														
3.7 Conceção e composição gráfica de Folheto «Festas particulares circulares»														
3.8 Elaboração de Relatório 3 (compilação das propostas de todos os produtos finais)														
4. Aprovação de todos os produtos finais pela entidade adjudicante														
4.1 Acompanhamento do processo de aprovação de todos os produtos finais (Relatório 3)														
4.2 Elaboração das versões finais de «Guia de boas práticas», de Imagem gráfica, Regulamento, Formulário de candidatura e Vídeo promocional do Selo «Evento Circular», e de Folheto «Festas particulares circulares»														

6. IDENTIFICAÇÃO E ANÁLISE DAS TIPOLOGIAS DE EVENTOS

A organização de eventos implica a alocação de capacidades e consumos de materiais e energia, sendo fundamental que a tomada de decisão tenha subjacente o conhecimento da capacidade disponível e o controlo dos fluxos de materiais.

Os eventos, sem prejuízo dos seu impactes e pegada ambiental, podem ser um veículo para comunicar e disseminar boas práticas e objetivos de desenvolvimento sustentável.

Por sua vez, a implementação de práticas de economia circular na organização de eventos pode reduzir tanto os custos económicos quanto os impactes ambientais relacionados com a sua realização.

O «Guia de boas práticas para a organização de eventos circulares» pretende estabelecer o referencial para a integração de práticas de economia circular em eventos organizados na RAA, desde a fase de planeamento, passando pela sua operacionalização (montagem, realização do evento e desmontagem), até ao pós-evento.

Tendo em conta que, por definição, todos os eventos são diferentes, respondendo a uma grande diversidade de objetivos e que, por vezes, são únicos, caracterizando-se pela originalidade e criatividade, torna-se difícil estabelecer uma classificação ou efetuar uma tipificação dos eventos.

Atendendo, ainda, que os eventos se podem conceber de forma individual ou em conjunto e que são diversas as entidades ou pessoas que os promovem, a inclusão de um evento num determinado tipo, não o exclui de estar incluído noutro.

Neste contexto, e sem prejuízo do guia poder ser aplicado e adaptado à generalidade dos eventos, identificam-se de seguida as tipologias que, pela sua relevância, serão consideradas na elaboração do «Guia de boas práticas para a organização de eventos circulares»:

- Festas e arraiais populares;
- Festivais de música;
- Eventos culturais e recreativos;
- Marchas populares e danças e bailinhos de Carnaval;
- Sopas e pensões do Espírito Santo;
- Eventos desportivos;
- Feiras e exposições;
- Congressos e convenções;
- Reuniões e palestras;
- Festas particulares.

6.1. Caracterização geral dos eventos por tipologia

Os eventos identificados como de expressão relevante no âmbito da elaboração do «Guia de boas práticas para a organização de eventos circulares» diferem em função da natureza, dimensão e fluxos de materiais e energia, pelo que, de seguida, se efetua uma breve caracterização por tipologia.

▪ Festas e arraiais populares

Numa simbiose entre o sagrado e o profano e, em regra, periódicas, as festas e arraiais populares promovem o convívio entre as pessoas e projetam, através de elementos recreativos e estéticos (e.g., bandas de música, marchas, cortejos, procissões, romarias), a herança cultural, as vivências e a identidade dos povos e espaços geográficos.

Sobretudo na primavera e no verão, multiplicam-se as festas e arraiais populares por todos os concelhos e ilhas dos Açores, na sua grande maioria dedicados a celebrações religiosas. Mesmo nos eventos de origem religiosa, o povo encarrega-se de acrescentar ao cerimonial uma vertente festiva, em rutura com o quotidiano, com as ruas e praças a serem ocupadas pela população local e por forasteiros, que as transformam em espaços de convívio social.



Figura 6.1 – Festa do Santo Cristo dos Milagres (Ponta Delgada, São Miguel)

Fonte: <https://agendacores.pt>

O ajuntamento de pessoas nas festas e arraiais populares atrai um conjunto de serviços e promove trocas comerciais, contribuindo para a economia local.

Tanto na vertente religiosa (e.g., celebrações, procissões, romarias), como na componente lúdica (e.g., música, dança, jogos, exposições) e comercial (e.g., restaurantes, tascas, bares, feiras, venda ambulante) ocorrem usos e consumos diversos nas festas e arraiais populares, relacionados com viagens e transportes, materiais e infraestruturas, água, eletricidade, alimentação e bebidas, entre outros.

Nas atividades desenvolvidas em festas e arraiais populares identificam-se como principais categorias de fluxos de materiais e energia, designadamente, combustíveis fósseis, recursos naturais, matérias-primas, produtos transformados, embalagens e resíduos.

▪ Festivais de música

Os festivais de música são uma forma de celebração cultural, na sua maioria surgidos nas últimas décadas.

Para além da vertente cultural e de animação social e turística, destaca-se uma crescente relevância económica dos festivais, associada à promoção de produtos e marcas e ao surgimento de uma importante indústria de produção de eventos musicais.

A logística de um festival de música tem como objetivo fornecer todos os recursos, equipamentos e informações necessárias à concretização do evento, sendo que a realização de grandes espetáculos musicais é um processo logístico complexo, com potenciais impactos ambientais.

A concentração de milhares de pessoas num local exige toda uma infraestrutura destinada a satisfazer as suas necessidades. Os festivais podem ocorrer em locais que detêm estruturas preexistentes ou que facilmente se adaptam ao evento, mas existem muitos eventos musicais que se realizam fora desses locais, tornando a sua organização um processo de criação, montagem e desmontagem das infraestruturas necessárias.

Por vezes, pela própria natureza do evento, os festivais de música são realizados em áreas verdes (e.g., jardins, parques ou mesmo áreas protegidas e espaços naturais), podendo afetar os habitats e as espécies presentes.

A concentração de pessoas desencadeada pelos festivais promove o aumento do uso de transportes (e.g., pessoas, artistas e cargas) e de energia, a mobilização de materiais e produtos diversos e a produção de resíduos.

Neste contexto, torna-se essencial a adoção de práticas de economia circular, com foco no redesenho das cadeias de abastecimento e de serviços e no investimento em estratégias voltadas para a responsabilidade social e a sustentabilidade, que possam ser realmente implementadas dentro dos festivais.

Os aspetos relacionados com viagens e transportes, acessibilidades, materiais e infraestruturas, água, eletricidade, alimentação e bebidas, contribuem para os principais fluxos de materiais e energia identificados nos festivais musicais, designadamente, combustíveis fósseis, recursos naturais, matérias-primas, produtos transformados, embalagens e resíduos.

O Festival Maré de Agosto, que se realiza, anualmente e desde 1984, na Praia Formosa, na ilha de Santa Maria, é o festival de música mais antigo em Portugal, sem sofrer interrupções.



Figura 6.2 – Festival Maré de Agosto (Praia Formosa, Santa Maria)

Fonte: <https://www.destinazores.com>

▪ **Eventos culturais e recreativos**

Os eventos culturais visam divulgar, promover e valorizar conteúdos e recursos culturais, satisfazendo, por via da difusão artística, as necessidades culturais dos diferentes públicos, enquanto os eventos recreativos se destinam a proporcionar animação e convívio em torno de temas específicos com forte componente de entretenimento.

Entre os eventos culturais e recreativos mais relevantes na RAA destacam-se o cinema, o teatro, os concertos e os bailes.



Figura 6.3 – Teatro Micaelense (Ponta Delgada, São Miguel)

Fonte: <https://www.teatromicaelense.pt>

Os eventos culturais e recreativos promovem usos e consumos diversos relacionados com viagens e transportes, materiais e infraestruturas, água, eletricidade, alimentação e bebidas, entre outros.

Nas atividades desenvolvidas no âmbito de eventos culturais e recreativos identificam-se como principais categorias de fluxos de materiais e energia, designadamente, combustíveis fósseis, recursos naturais, produtos transformados, embalagens e resíduos.

▪ **Marchas populares e danças e bailinhos de Carnaval**

As marchas populares concretizam uma apresentação pública de dança e canto, exibindo trajes e temas típicos durante uma festividade, estando, sobretudo, associadas às comemorações dos Santos Populares.



Figura 6.4 – Marcha nas Sanjoaninhas (Angra do Heroísmo, Terceira)

Fonte: <https://investinangra.com>

Por sua vez, as danças e bailinhos de Carnaval são manifestações artísticas de cariz popular, onde as artes performativas através da dança, do teatro, da música e do traje, exprimem o sentir identitário e festivo do povo na comemoração do Entrudo, com destaque para a sua expressão na ilha Terceira.



Figura 6.5 – Bailinho de Carnaval (Terceira)

Fonte: Jorge Fernandes

As marchas populares e as danças e bailinhos de Carnaval não se resumem ou esgotam no momento performativo do cortejo ou da apresentação, compreendendo uma fase preliminar ou preparatória, que abrange a elaboração de guiões e coreografias, a conceção e elaboração dos trajes, e os ensaios, o que em alguns casos corresponde a um ciclo anual.

A produção destas manifestações culturais desencadeia uma dinâmica económica local, associada à prestação de determinados serviços e ao fomento de trocas comerciais, relacionados com transportes, infraestruturas, trajes, água, eletricidade, alimentação e bebidas, entre outros.

Identificam-se como principais categorias de fluxos de materiais e energia nas atividades desenvolvidas no contexto das marchas populares e das danças e bailinhos de Carnaval, designadamente, combustíveis fósseis, recursos naturais, matérias-primas, produtos transformados, embalagens e resíduos.

▪ Sopas e pensões do Espírito Santo

Anualmente, a partir do mês de maio, todas as ilhas dos Açores são tomadas por um ambiente festivo em comemoração do Divino Espírito Santo.

As Festas do Espírito Santo são as maiores festividades populares dos Açores e evidenciam uma forte marca gastronómica e de solidariedade, da qual se destaca, não obstante as variações de ilha para ilha e mesmo dentro da própria ilha, a distribuição do pão e das pensões e a partilha das sopas.

As Sopas do Espírito Santo são um cozido tradicional confeccionado à base de carne de bovino e pão seco, barrado com manteiga e coberto com o caldo da cozedura das carnes, servidas para centenas de pessoas.



Figura 6.6 – Função com serviço de Sopas do Espírito Santo (Candelária, Pico)

Fonte: António Faria

Por sua vez, as Pensões do Espírito Santo correspondem a um cabaz de bens alimentares, normalmente pão, carne, massa sovada e vinho de cheiro, que é distribuído pelos agregados da comunidade.



Figura 6.7 – Bênção das Pensões do Espírito Santo (Rabo de Peixe, São Miguel)

Fonte: António Travassos

Não obstante tratar-se de tradições ancestrais, a partilha das Sopas e a distribuição das Pensões cedeu, nos últimos anos, à proliferação dos produtos de uso único, designadamente, embalagens, louça, talheres e toalhas descartáveis, incluindo plásticos, ao invés da utilização de produtos e materiais reutilizáveis, como era tradicional.

A natureza popular e cariz solidário das Sopas e Pensões do Espírito Santo garante um bom aproveitamento dos produtos alimentares utilizados e das respetivas sobras por parte das comunidades, mas estes eventos acabam gerando quantidades significativas de resíduos, com origem nas referidas embalagens e produtos descartáveis, muitos deles inorgânicos.

As principais categorias de fluxos de materiais e energia identificados no contexto das Sopas e Pensões do Espírito Santo são, designadamente, combustíveis fósseis, recursos naturais, matérias-primas, produtos transformados, embalagens e resíduos.

▪ **Eventos desportivos**

Os eventos desportivos são manifestações em que se participa ou observa um espetáculo desportivo, abrangendo atividades desportivas e competições desportivas.

Seguindo evidências científicas, a atividade física e o desporto podem contribuir para a prevenção e promoção da saúde, enquanto um bem essencial e factor de bem-estar. Contudo, o desporto não se apresenta como um elemento unicamente orientado para o desenvolvimento humano e social, pois assume-se igualmente como uma ferramenta de extrema relevância para a promoção em geral e uma mais-valia no que concerne ao poder atrativo dos destinos turísticos.

Entre os eventos desportivos destacam-se as atividades e competições de âmbito regular e os grandes eventos ou espetáculos desportivos, por regra, esporádicos.

As atividades desportivas de âmbito regular, habitualmente estruturadas em ciclo anuais, não se restringem ao momento da competição, compreendendo toda a fase preparatória de

treinos, os quais, em função do nível competitivo, podem ser diários, destacando-se os consumos de água e eletricidade.



Figura 6.8 – Jogo de futebol da Taça da Liga (Ponta Delgada, São Miguel)

Fonte: Eduardo Costa

A realização de grandes eventos desportivos, apesar de pontual, pode representar impactes ambientais consideráveis, que vão desde a construção, beneficiação ou montagem de instalações, passando pelo transporte de pessoas e carga, pela água e energia necessárias e pelos equipamentos e materiais utilizados, até os resíduos produzidos.



Figura 6.9 – Azores Trail Run - Golden Trail Series (Horta, Faial)

Fonte: <https://revistaatletismo.com>

Por outro lado, as instalações desportivas permanentes, apesar de elementos essenciais para o desenvolvimento de muitos desportos, são no geral estruturas complexas, associadas a necessidades substanciais de manutenção e a consumos relevantes de recursos naturais e energia, incluindo no âmbito de atividades regulares de treino e competição.

Assim, identificam-se como principais categorias de fluxos de materiais e energia associados à realização de eventos desportivos, designadamente, combustíveis fósseis, recursos naturais, matérias-primas, produtos transformados, embalagens e resíduos.

▪ Feiras e exposições

As feiras e exposições são eventos que reúnem, num único local e num determinado período de tempo, um grupo de expositores (e.g., produtores, fornecedores, distribuidores, prestadores de serviços), com o objetivo de promover, divulgar ou comercializar determinados produtos ou serviços competitivos, em regra, com âmbitos e públicos alvo muito bem definidos.

Este tipo de eventos influencia cada vez mais a vida económica e empresarial, ganhando relevância na promoção de novos produtos e negócios e da interação entre fornecedores e compradores.

Embora os termos «feira» e «exposição» possam ser utilizados como sinónimos, o primeiro tende a surgir como definição de uma reunião periódica de empresas para a promoção, divulgação e venda de produtos ou serviços, podendo ser multissetorial ou especializada, enquanto o conceito de exposição, para além de abranger a noção de feira, pode ser usado para definir uma mostra de produtos ou serviços expostos numa ótica de demonstração e visualização pública e, portanto, menos direcionada para a comercialização.

Apesar de, nos últimos anos, terem surgido espaços dedicados à organização deste tipo de eventos (e.g., parques ou pavilhões de exposições), as feiras e exposições continuam a realizar-se em instalações diversas (e.g., pavilhões multiusos, pavilhões desportivos, salas de espetáculos) e em espaço exteriores, por vezes, com recurso à instalação de estruturas amovíveis.



Figura 6.10 – Feira Lar, Campo e Mar (Ponta Delgada, São Miguel)

Fonte: <https://www.acorianooriental.pt> (Eduardo Resendes)

Na realização de feiras e exposições destacam-se as necessidades em termos de materiais e

equipamentos para a construção ou montagem das instalações (stands), a mobilização de pessoas e carga, bem como a água e energia consumidas e os resíduos produzidos.

Associadas à organização de feiras e exposições, identificam-se as seguintes categorias de fluxos de materiais e energia: combustíveis fósseis, recursos naturais, matérias-primas, produtos transformados, embalagens e resíduos.

▪ Congressos e convenções

Os congressos e convenções são eventos, em regra, periódicos, com duração superior a um dia e com alguma dimensão em termos de participantes, que têm como função principal o intercâmbio de informação, de conhecimento, o debate ou a discussão com um propósito técnico ou científico, de formação, de trocas de experiências ou de manter relações corporativas ou de equipa.



Figura 6.11 – Congresso Nacional da Hotelaria e Turismo (Ponta Delgada, São Miguel)

Fonte: <https://www.manvia.pt>

O turismo de eventos, abrangendo a deslocação para participar em congressos e convenções, tem vindo a crescer nos últimos anos, criando novas dinâmicas económicas e sociais, ajudando no combate da sazonalidade e dinamizando a construção de espaços adaptados às necessidades da organização desses eventos.

Os congressos e convenções promovem uma mobilização significativa de pessoas e têm inerente consumos relevantes de água, alimentos, energia e papel.

As principais categorias de fluxos de materiais e energia associados à realização de congressos ou convenções são, designadamente, combustíveis fósseis, recursos naturais, matérias-primas, produtos transformados, embalagens e resíduos.

▪ Reuniões e palestras

As reuniões podem definir-se como encontros de duas ou mais pessoas para fins institucionais, políticos, sociais, empresariais, comerciais, administrativos, corporativos ou

outros, com uma duração limitada.

Por sua vez, as palestras ou conferências consistem em reuniões de um grupo de pessoas com o objetivo de assistir a uma apresentação sobre um determinado assunto, durante alguns minutos ou poucas horas.

Pese embora o impacto direto de cada reunião ou palestra possa ser diminuto, em virtude do reduzido número de pessoas e da duração do evento, estas tendem a ocorrer de forma regular e generalizada, multiplicando-se a quantidade de eventos realizados.

Este tipo de eventos promovem a mobilização de pessoas, consumos de água, energia e papel, identificando-se com principais categorias de fluxos de materiais e energia associados, designadamente, combustíveis fósseis, recursos naturais, produtos transformados, embalagens e resíduos.



Figura 6.12 – Reunião do Conselho do Governo dos Açores (Ponta Delgada, São Miguel)

Fonte: <https://portal.azores.gov.pt>

▪ Festas particulares

As festas particulares correspondem, em regra, a momentos de celebração ou de convívio, promovendo o encontro de familiares, amigos, colegas ou conhecidos.

Estes eventos assumem natureza, características e dimensões diversas, podendo ter uma causa subjacente ou, simplesmente, serem resultado do interesse em festejar sem qualquer motivo vinculado, recorrendo a meios próprios ou a planeamento e contratação de serviços, e podem realizar-se em contexto familiar, social ou corporativo, utilizando espaços próprios (e.g., residência, empresa) ou salões de festas. As festas particulares evidenciam uma identidade muito própria e, mesmo quando organizadas por empresas de eventos, são essencialmente orientadas em função das pessoas que as promovem e não tanto dos prestadores de serviços.

Entre as festas particulares destacam-se os casamentos, batizados, bodas, aniversários, comemorações pessoais ou profissionais, convívios, refeições ou merendas, etc.

Pese embora o impacto direto de uma festa particular possa ser reduzido, estas ocorrem de forma regular e generalizada, multiplicando-se o número de eventos.



Figura 6.13 – Mesa e decoração de festa particular

Fonte: <https://br.pinterest.com>

As dinâmicas sociais e de consumo dos últimos anos contribuíram para a tentação de se chegar ao fim de uma festa e deitar todos os pratos, talheres, copos, palhinhas, toalhas e guardanapos descartáveis num saco de lixo e ficar com o espaço limpo, em pouco tempo.

Os convites, decorações (e.g., balões, fitas, confetis), alimentos, bebidas e lembranças, sem esquecer a água e energia, são outros consumos identificados em festas particulares.

As principais categorias de fluxos de materiais e energia associados à realização de festas particulares são, designadamente, combustíveis fósseis, recursos naturais, matérias-primas, produtos transformados, embalagens e resíduos.

6.2. Identificação de entidades organizadoras

Em função das tipologias de eventos supra enunciadas, foram identificadas as principais entidades organizadoras, conforme se apresenta na Tabela 6.1.

Tabela 6.1 – Entidades organizadoras por tipologia de evento

Eventos	Entidades organizadoras
Festas e arraiais populares	Comissões de festas Irmandades
Festivais de música	Autarquia locais Comissões de festas Filarmónicas Associações Empresas

Eventos	Entidades organizadoras
Eventos culturais e recreativos	Autarquia locais Casas do Povo Filarmónicas Escolas Associações Empresas
Marchas populares e danças e bailinhos de Carnaval	Grupos informais Casas do Povo Filarmónicas
Sopas e pensões do Espírito Santo	Impérios Irmandades Dispensas Particulares
Eventos desportivos	Federações desportivas Associações desportivas Clubes desportivos Administração regional Autarquias locais Escolas
Feiras e exposições	Associações empresariais Organizações de produtores Empresas Administração regional Autarquias locais Escolas
Congressos e convenções	Administração regional Autarquias locais Corporações Empresas Sindicatos Escolas
Reuniões e palestras	Administração regional Autarquias locais Empresas Associações Escolas
Festas particulares	Particulares Empresas

Fonte: ECO DESAFIOS / VENTOENCANADO

7. IDENTIFICAÇÃO DE PARTES INTERESSADAS

Nesta fase procede-se, também, à identificação das partes interessadas relevantes no domínio da economia circular e para a elaboração do «Guia de boas práticas para a organização de eventos circulares».

Para o efeito, concebeu-se um processo de interações baseado no modelo de hélice quádrupla, que assume a auscultação e promoção da participação de diferentes atores representando os seguintes setores: sistema político ou institucional, Sistema de ensino / universidade, sistema económico e sociedade civil (Tabela 7.1).

Tabela 7.1 – Identificação de partes interessadas

Setores	Entidades
Sistema político ou institucional	Direção Regional do Ambiente e Alterações Climáticas (DRAAC) Direção Regional da Cultura (DRC) Direção Regional do Desporto (DRD) Direção Regional de Turismo (DRTu) Direção Regional de Energia (DREn) Direção Regional de Agricultura (DRAg) Estrutura de Sustentabilidade do Destino Turístico - Açores DMO Associação de Municípios da Região Autónoma dos Açores (AMRAA) Diocese de Angra
Sistema de ensino / Universidade	Faculdade de Ciências Agrárias e do Ambiente (FCAA) da Universidade dos Açores Faculdade de Ciências e Tecnologia (FCT) da Universidade dos Açores Faculdade de Economia e Gestão (FEG) da Universidade dos Açores
Sistema económico	Câmara do Comércio e Indústria dos Açores (CCIA) MUSAMI - Operações Municipais do Ambiente, EIM SA TERAMB - Empresa Municipal de Gestão e Valorização Ambiental da Ilha Terceira, EEM RESIAÇORES - Gestão de Resíduos dos Açores, Lda. EQUIAMBI - Equipamentos, Serviços e Gestão Ambiental, Lda. EDA - Electricidade dos Açores, SA
Sociedade civil	Associação Os Montanheiros Associação Ecológica Amigos dos Açores Associação para a Promoção e Proteção Ambiental dos Açores (APPAA) Azorica - Associação de Defesa do Ambiente QUERCUS - Associação Nacional de Conservação da Natureza (Núcleo dos Açores) Associação de Consumidores da Região dos Açores (ACRA)

Fonte: ECO DESAFIOS / VENTOENCANADO

8. ÁREAS RELEVANTES PARA A INTEGRAÇÃO DE PRÁTICAS DE ECONOMIA CIRCULAR

O «Guia de boas práticas para a organização de eventos circulares» tem como objetivo identificar, sistematizar e partilhar um conjunto de boas práticas promotoras da economia circular aplicadas na organização de eventos na RAA.

Assim, a partir da identificação e caracterização das tipologias de eventos, designadamente tendo em conta as atividades levadas a cabo e os principais fluxos de materiais e energia, identificam-se, desde já, as seguintes áreas relevantes para a integração de práticas de economia circular na organização de eventos:

- Local;
- Acessibilidades;
- Estruturas e logística;
- Fornecedores;
- Alimentação e bebidas;
- Consumo de água;
- Consumo de energia;
- Resíduos;
- Comunicação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS E DIGITAIS

I - BIBLIOGRAFIA

Kirchherr J., Reike D. & Hekkert M. (2017). *Conceptualizing the Circular Economy: An analysis of 114 definitions*. Resources, Conservation & Recycling, 127, pp 221-232.

Ellen MacArthur Foundation, Stiftungsfonds für Umweltökonomie und Nachhaltigkeit (SUN) & McKinsey Center for Business and Environment (2015). *Growth within: a circular economy vision for a competitive Europe*. Relatório.

II – SÍTIOS NA INTERNET

<https://www.acorianooriental.pt>

<https://agendacores.pt>

<https://br.pinterest.com>

<https://byacores.com>

<https://www.destinazores.com>

<https://dre.pt>

<https://www.ine.pt>

<https://investinangra.com>

<https://www.manvia.pt>

<https://portal.azores.gov.pt>

<https://revistaatletismo.com>

<https://srea.azores.gov.pt>

<https://www.teatromicaelense.pt>

<https://unric.org/pt>

Assinado por: **FILIPPE MACHADO TAVARES**
Num. de Identificação: 11892065
Data: 2022.08.05 17:05:49 +0000

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'Filipe Machado Tavares', written in a cursive style.

